



Neil Brenner

A hinterlândia, urbanizada?

Começo este artigo com a lembrança já familiarizada de um fato aparentemente inexpugnável e que foi divulgado a partir de uma fonte confiável: em 2007 os estatísticos da Organização das Nações Unidas (ONU) determinaram que mais de 50% da população mundial, naquele momento, já estava vivendo em áreas urbanas. Embora permeada por esforços que procuram decifrar o modo como se deu a acelerada industrialização capitalista no século XIX no eixo da Europa-América do Norte, a noção de um mundo em urbanização tornou-se hoje um quadro interpretativo onipresente¹. E em virtude de o início deste artigo trazer um dado já

popularmente aceito, o leitor pode acabar desconhecendo a outra perspectiva de interpretação deste autor sobre o tema. É até mesmo capaz de que as expectativas de leitura recaiam em ideias mais comuns sobre as cidades, tais como qual seria o papel delas nas transformações globais da atualidade, ou sobre a reestruturação em curso pela qual vêm passando. Isso nos levaria a levantar tais questões seguidas de um debate, nesses termos, sobre as cidades. Todo mundo parece concordar que elas são unidades espaciais elementares da idade urbana contemporânea. Contudo, a que mais o conceito de urbano poderia possivelmente referir-se?

A PROBLEMÁTICA DA URBANIZAÇÃO

A noção de urbanização tem sido utilizada de maneiras surpreendentemente a-teóricas, como se fosse uma base

Neil Brenner

é professor de Teoria Urbana e Diretor do Urban Theory Lab da Harvard Graduate School of Design. É cientista político e geógrafo. Seu mais recente livro é *Implosions / Explosions: towards a Theory of Planetary Urbanization*. Nesta obra, ele discute a necessidade de se parar de pensar a cidade como uma coleção de prédios e de pessoas ocupando um determinado espaço definido para dar início ao enfoque, em vez disso, na ideia de que a urbanização é um processo histórico e global que se estende a cada rincão do planeta.

nbrenner@gsd.harvard.edu

Tradução: Pedro Paulo Machado Bastos

¹ Neil Brenner and Christian Schmid, "The 'urban age' in question," *International Journal of Urban and Regional Research*, 38, 3, 2014, 731-755. Para dados mais específicos divulgados pela ONU, acesse: <<http://esa.un.org/unpd/wup/>>. Acessado em 5 jul. 2016.

de interpretação puramente descritiva e empírica para referenciar uma tendência natural de organização espacial humana. Dentro desse contexto, como Ross Exo Adams explica: “Assim como as condições climáticas, a urbanização é algo que existe ‘à nossa revelia’, uma condição bastante ‘complexa’ de ser apresentada como um objeto restrito à análise dos seus próprios termos e, portanto, complexa de ser mapeada, monitorada, comparada e catalogada”². A compreensão empirista, naturalista e quase ambientalista da urbanização persistiu de várias maneiras ao longo do século XX. Nas décadas mais recentes, os modelos naturalísticos de urbanização ganharam novos enquadramentos interpretativos com base no volume de dados produzido pelas ciências estatísticas, que, por sua vez, tendem a considerar a densidade urbana como uma condição basicamente semelhante ao de um sistema biológico fechado sujeito a leis científicas, previsíveis e, portanto, tecnicamente programáveis³.

As declarações contemporâneas da ONU quanto a este mundo majoritariamente urbano em que estamos vivendo, assim como as principais vertentes dos discursos de políticas globais voltadas ao planejamento e ao desenho urbano, ainda compreendem o fenômeno da urbanização através de um dispositivo⁴ de conhecimento naturalista, a-histórico e empirista. Nesse caso, a urbanização é vista como o crescimento populacional simultâneo à difusão espacial das cidades, sendo, portanto, concebida como tipos genéricos e universalmente aplicáveis de assentamentos humanos. Uma vez entendida essa ideia, a era urbana contemporânea representaria, então, uma congregação de tendências que aumentam cumulativamente a população nos centros urbanos. Por esse ângulo, a metanarrativa da era urbana contribuiria para servir a um quadro não apenas de interpretação, mas também de justificativa a uma enorme variedade de intervenções espaciais destinadas a promover, segundo classificação do geógrafo Terry McGee, a “dominância da cidade”⁵.

Em todo o mundo, o objetivo comum de tais estratégias de urbanização é o de construir a “cidade hi-

pertrófica”, seja por meios de aumento da densidade e extensão das áreas metropolitanas já existentes, seja por meio da criação de novas zonas de assentamento urbano *ex nihilo* às margens de antigas áreas rurais ou dos principais corredores de transporte; ou através da intensificação do fluxo migratório do rural para urbano ocasionado pelos efeitos nocivos de programas de ajustamento estrutural de terra, grilagem, expansão agroindustrial, pilhagem ecológica etc.⁶.

Por outro lado, esta urbanização vista singularmente como o reflexo do crescimento das zonas urbanas da cidade é autoevidente. Analisando-as pela ótica de um nível empírico básico, as limitações dos dados divulgados pelo Censo da ONU sobre a urbanização são bem conhecidas. O problema simples, mas ainda aparentemente intratável, ao qual o sociólogo Kingsley Davis já havia dedicado grande atenção crítica na década de 1950, refere-se ao fato de que cada Censo Nacional utiliza seu próprio critério para medir as condições urbanas, tornando inconsistentes os dados comparativos internacionais sobre a urbanização. Na década atual, por exemplo, entre os países que demarcam seus tipos de assentamentos urbanos com base no tamanho da população (101 dos 232 Estados Membros da ONU o fazem), o limiar para tal classificação varia de 200 para 50 mil pessoas; menos de 23 países optam pelo mínimo de duas mil, ao passo que 21 outros países especificam tal valor para cinco mil. Uma série de problemas em termos de comparabilidade surge daí, tendo em vista que as localidades “urbanas” dentro de uma jurisdição nacional podem ter pouco em comum com aquelas classificadas do mesmo modo em outro lugar.

Outros critérios de mensuração baseados em referências da administração pública, densidade, infraestrutura e/ou em índices socioeconômicos utilizados pelos outros 131 Estados Membros da ONU, quando comparados entre si, contribuem ainda mais para desalinhar um conjunto de dados já extremamente heterogêneo. Algumas áreas administrativas deveriam ser, portanto, automaticamente classificadas como urbanas? O critério de densidade populacional, se houvesse, seria o mais apropriado para classificá-las como tais? A concentração de níveis de emprego não rurais deveria ser vista como peculiar a áreas urbanas (como acontece na Índia, apesar de tal critério levar em conta apenas os residentes do sexo masculino)? Em suma, esta rápida análise de como a ONU tabula e interpreta seus dados revela que a

2 Tradução livre. Ver original: Ross Exo Adams, “The burden of the present: on the concept of urbanisation,” *Society and Space*, disponível em: <<http://societyandspace.com/2014/02/11/ross-exo-adams-the-burden-of-the-present-on-the-concept-of-urbanisation/>>. Acessado em 5 jul. 2016.

3 Brendan Gleeson, “What role for social science in the ‘urban age’,” *International Journal of Urban and Regional Research*, 37, 5, 2013, 1839-1851.

4 Brenner e Schmid, “The ‘urban age’ in question.”

5 Terry McGee, *The Urbanization Process in the Third World*. London: Bell & Sons, 1971.

6 Max Ajl, “The hypertrophic city versus the planet of fields,” em Neil Brenner (ed.), *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* (Berlin: Jovis, 2014), pp. 533-550; Mike Davis, *Planet of Slums* (London: Verso, 2006).

noção de um mundo majoritariamente urbano não é um fato, assim, tão evidente. É, antes de mais nada, um artefato estatístico construído por meio de um agrupamento grosseiro de dados dos Censos nacionais, que, por sua vez, derivam de definições inconsistentes do fenômeno a ser mensurado.

INCORPORANDO O ENTORNO CONSTITUTIVO

Aqui surge um problema teórico mais profundo diante do discurso da era urbana contemporânea. Mesmo se a especificidade do crescimento da “cidade” fosse relacionada a outras formas de reestruturação demográfica, socioeconômica e espacial, sendo possível, deste modo, ser coerentemente delineada também por meio de indicadores geoespaciais avançados que detectassem certas aglomerações (por exemplo), a questão permaneceria: como esboçar o processo de urbanização em termos conceituais? Apesar de sua representação generalizada como um parâmetro genérico e neutro permeado por relações espaciais, o processo de urbanização deveria ser submetido a um exame mais teórico. Desse modo, pelo menos duas grandes fissuras epistemológicas seriam reveladas – logicamente irresolúveis, mas que acarretam problemas analíticos recorrentes – dentro do dispositivo hegemônico do conhecimento urbano.

Em primeiro lugar, tal como é popularmente entendida, a urbanização implica a difusão universal das “cidades” como unidades elementares de assentamento humano. Contudo, como são amplamente sabidas, essas unidades de assentamento, supostamente universais, têm assumido diversas morfologias e sido igualmente reorganizadas através de uma variedade de escalas espaciais. Também têm sido remensuradas por meio de uma ampla gama de forças institucionais, políticas, sociais, militares e ambientais, e articuladas distintamente às suas áreas vizinhas, paisagens e ecossistemas, bem como a outros centros populacionais mais distantes. Diante deste contexto, e dada esta heterogeneidade que caracteriza os padrões atuais de aglomeração, a noção universal do que “é” a cidade poderia ser mantida? E se nós rejeitássemos de fato a equação hegemônica simplista que formula a urbanidade que caracteriza as cidades, não deveríamos também abandonar a visão de urbanização tida como um processo universal único de difusão espacial? Como alternativa, a heterogeneidade e a diferenciação não deveriam ser reconhecidos apenas como atributos empiricamente complexos, mas também como atributos intrínsecos, produzidos sistematicamente, pe-

las propriedades do processo de urbanização⁷.

Em segundo lugar, no dispositivo do saber hegemônico, a urbanização é definida como o crescimento das “cidades” enquanto unidades de assentamento espaciais limitadas dentro de um território. Esta equação conceitual (urbanização = crescimento da cidade), juntamente com a hipótese igualmente difundida da limitação espacial, exige, por lógica, diferenciar as cidades, enquanto unidades, de locais supostamente não urbanos existentes fora delas. Entretanto, a demarcação de uma dicotomia coerente entre urbano e não urbano tem se mostrado problemática desde o momento em que se deu o aceleração da industrialização do capital em todo o mundo no século XIX. Assim sendo, na perspectiva popular do dispositivo do saber urbano, é preliminarmente necessário delinear o que seria um “entorno não urbano” (lembrando-se, ao mesmo tempo, de que este se trata de um local que contribui diretamente na constituição urbana das cidades), pois somente nesses termos é que a heterogeneidade particularizada ao urbano poderia ser mais bem demarcada; embora, por outro lado, delineá-lo também se mostraria impossível, uma vez que (a) não existem critérios padronizados para diferenciar tipos de assentamentos urbanos de não urbanos; além de que (b) as aparentes fronteiras entre assentamentos urbanos e seu suposto “exterior” não urbano têm sido constantemente expandidas e reformuladas em todas as escalas espaciais.

Apesar da renitente naturalização e incorporação das tipologias históricas de assentamentos (urbanos, suburbanos, rurais, silvestres) no discurso geográfico popular, a extensão territorial inevitável de grandes centros urbanos para as suas “franjas”, periferias e *Umlände* tem sido amplamente observada pelos urbanistas e planejadores urbanos do século XXI. Na verdade, apesar da tendência em ser relegado pelo cânone das narrativas históricas, o processo de extensão territorial urbano foi uma das preocupações formativas na qual a concepção moderna da disciplina de planejamento urbano se consolidou. Em outras palavras, este campo do conhecimento tem procurado desde o princípio guiar-se por um viés mais territorial do que simplesmente circunscrever-se a condições de análises básicas na produção do seu saber, tais como densidade populacional e identificação de assenta-

7 Ver Jenny Robinson, “Cities in a world of cities: the comparative gesture,” *International Journal of Urban and Regional Research*, 51, 1, 2011, 1-23; e Ananya Roy, “The 21st century metropolis: new geographies of theory,” *Regional Studies*, 43, 6, 2009, 819-830.

mentos espaciais bem limitados⁸.

Não menos importante, o desenvolvimento das aglomerações capitalistas têm sido intimamente entrelaçado com as transformações em grande escala de espaços não urbanos, muitas das vezes localizados a consideráveis distâncias dos grandes centros de capital, trabalho e comércio. Mumford descreveu esta relação como a ação combinada entre “*up-building*”, isto é, a implantação de um conjunto de tipos de indústria e de infraestrutura, tanto verticais e horizontais como subterrâneos, e “*un-building*” (Abbau), que seria o processo de degradação de paisagens ao redor das zonas urbanas da cidade por meio da intensificação do papel desses locais como supridores de energia, matérias-primas, água e comida, e também como autogestoras dos resíduos produzidos dentro de suas fronteiras⁹.

Com a desapropriação das populações outrora rurais por meio do adensamento territorial para o aumento do uso da terra, a chegada de investimentos de infraestrutura de larga escala e a industrialização progressiva de economias rurais, em geral para custear a extração, cultivo, produção e circulação de mercadorias, facilitou diretamente o crescimento urbano das cidades através de mudanças colossais e abruptas, se não desiguais, de naturezas industriais e ambientais em todo o planeta.

Por esse ângulo, o rural, o interior ou a hinterlândia não podem ser reduzidos a meras áreas coadjuvantes de cultivo que deram o suporte necessário para catapultar as operações econômicas principais dos grandes centros populacionais. Independentemente da sua composição demográfica, desde a densa rede de cidades em torno do Rio Ganges ou do Rio Java ao deserto estéril da Sibéria ou o deserto dos estepes de Gobi, ao longo da história do desenvolvimento capitalista global desigual, os espaços “não urbanos” têm sido continuamente operacionalizados a favor de processos de formações urbanas. Estes espaços são, portanto, estrategicamente centrais aos processos de destruição criativa que sustenta a “urbanização do capital”, no mesmo grau de importância dos extensos e densos centros urbanos que por muito tempo monopolizaram a atenção dos urbanistas¹⁰.

8 Ver John Friedmann e Clyde Weaver, *Territory and Function*. Berkeley: University of California Press, 1979. Como contrapartida, ver o livro *Cities of Tomorrow* (Cambridge, Mass.: Blackwell, 2002), de Peter Hall, que incorpora uma abordagem cêntrica da cidade na história do planejamento urbano.

9 Lewis Mumford, *The City in History*. New York: Harcourt, Brace and World, 1961, 446-481.

10 David Harvey, *The Urbanization of Capital*. Baltimore:

Assim, se confrontarmos essa interação inevitável entre acumulação e espoliação dos arranjos espaciais, considerando também a difusão massiva das condições urbanas através das paisagens variadas do capitalismo global, a concepção de urbanização baseada na ideia de “assentamentos” poderia ser mantida? Poderia, ainda, o “fenômeno” urbano continuar ancorado exclusivamente “dentro” da cidade?¹¹ De fato, à medida que as rígidas limitações analíticas impostas por essas suposições “pontilhadas” do urbano vão ficando mais flexíveis, os dualismos estáticos da teoria urbana popular (cidade/campo, urbano/rural, interior/exterior, sociedade/natureza) também se tornam mais capazes de serem rapidamente superados. Desse modo, novos horizontes analíticos se abrem: as geografias da urbanização podem ser produtivamente reconceitualizadas em formas que deem visibilidade não apenas aos variados padrões e tendências de aglomeração, mas também à contínua produção e transformação do tecido urbano, que se constitui de maneira desigual por vastas áreas onde predomina a atividade industrial (agricultura, extração, silvicultura, turismo e logística). Geografias que, ainda hoje, são classificadas erroneamente em função da herança deixada pelas noções do que seria o interior, o rural, a hinterlândia e/ou o deserto.

Dadas as totalizações e os pontos cegos associados ao dispositivo do conhecimento urbano herdado, como uma teoria urbana que não considerasse um lado “externo” e oposto ao urbano conseguiria se posicionar na busca por novas perspectivas produtivas tanto para o campo da pesquisa como para o campo da ação, diante de paisagens de urbanização emergente em nível planetário?¹²

DESENHANDO OUTRAS URBANIZAÇÕES

As estratégias teóricas propostas aqui têm o objetivo não simplesmente de permitir um melhor reconhecimento concreto da complexidade empírica existente no estudo dos centros urbanos, mas também de prover uma base epistêmica para reconceitualizar as propriedades essenciais deste processo que estamos investigando, abrindo, portanto, novos horizontes

Johns Hopkins University Press, 1985.

11 Henri Lefebvre, *The Urban Revolution*. Traduzido para o inglês por R. Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003 [1970]; Brenner e Schmid, “Towards a new epistemology.”

12 Neil Brenner, “Urban theory without an outside,” em *Implosions/Explosions*, pp. 14-35.

para entender e influenciar a urbanização contemporânea. Como Christian Schmid e eu chegamos a argumentar em outro artigo, as fissuras epistêmicas tanto do discurso como da prática urbana contemporânea só poderão ser transcendidas através de uma ruptura radical com o dispositivo do conhecimento urbano hegemônico devido à condição urbana em que este se ancora¹³. Em qualquer campo intelectual e prático, novos dispositivos de interpretação conseguirão emergir somente quando as condições históricas desestabilizarem esses enquadramentos dóxicos da pesquisa, engendrando, dessa maneira, a busca de uma base alternativa de compreensão e transformação do mundo. Como evidenciado na recente rodada de debates epistemológicos entre urbanistas críticos, o campo da teoria urbana parece atualmente estar no cerne de tal questão.

Nesse contexto, o atual renascimento do interesse no rural, no interior e na hinterlândia entre muitos arquitetos, teóricos e urbanistas já seria a representatividade de um saliente, mas ainda indeterminado, desenvolvimento desta problemática. Mas, será que essas iniciativas mais focadas no “rural” seriam apenas parte de uma mudança estratégica por parte dos arquitetos no desenvolvimento de projetos mais criativos de captação de energia alternativa? Ou, pensando de outra forma, uma exploração arquitetônica mais sistemática de espaços não urbanos do mundo poderia contribuir com o projeto de desenvolvimento de novas análises, perspectivas e desenhos do nosso tecido urbano planetário em emergência? Duas propostas em vias de conclusão poderiam oferecer algum tipo de suporte para esta “empregada”:

- A herança deixada pelo vocabulário que descreve os espaços não urbanos – rural, interior, hinterlândia – está enquadrada em um fundamento bastante externalista que tende a diferenciar esses espaços em termos analíticos e espaciais com relação às zonas tradicionalmente urbanas das cidades. Entretanto, hoje em dia, é preciso encontrar novas formas de interpretar e mapear os variados territórios, paisagens e ecossistemas do planeta em urbanização de modo com que não sejam binariamente postas em oposição a essas “cidades” e/ou com que não tenham suas utilidades operacionais desvalorizadas quando observadas através do fetiche dos critérios demográficos. A “não cidade” não pode mais ser vista como algo exterior ao urbano; ela vem se transformando em terreno estrategicamente essencial para a urbanização capitalista.

- A forma capitalista de urbanização continua a produzir padrões contextuais de aglomeração, mas isso tem transformado inevitavelmente, do mesmo modo, espaços não urbanos em intensas e extensas zonas de infraestrutura industrial – as paisagens operacionais. Em contraste às conhecidas hinterlândias, nas quais diferentes “dádivas” da natureza presentes nesses locais (como matérias-primas, fontes de energia, trabalho, comida e água) são apropriadas para a produção de *commodities*, as paisagens operacionais consistem no redesenho industrial das atividades extrativistas, agricultoras e logísticas desses territórios para engendrar uma melhor otimização das condições sociais, institucionais, biológicas, ecológicas e de infraestrutura que favoreçam a acumulação de capital, em geral voltado à exportação. Assim sendo, enquanto as hinterlândias são meras “incubadoras” da produção de *commodities* dentro de um determinado terreno, as paisagens operacionais, por sua vez, são espaços planejados mediante as configurações do espaço urbano-industrial, sendo reflexivamente desenhados e monitorados para acelerarem e intensificarem a acumulação de capital no mercado mundial.

As implicações dessas ideias para as intervenções arquitetônicas nos variados espaços não urbanos do mundo ainda precisam ser elaboradas. No mínimo, pelo menos, já levantam dúvidas sobre qualquer abordagem que aspire a criar enclaves fortificados e privatizados (voltados ao turismo de luxo ou especializados em atividades industriais de exportação) nesses antigos meios rurais. Sem mencionar a ênfase que a implicação dessas ideias vem incidindo no desafio de se estabelecer modos políticos e democraticamente coordenados (além de alternativas social e ambientalmente sãs) de integração entre os vários lugares, regiões, territórios e ecossistemas em que os seres humanos dependem coletivamente para a nossa vida planetária em comum. À medida que essas ideias vão mobilizando novas capacidades de constituição deste campo em emergência, os arquitetos e urbanistas passam a ser confrontados por uma importante escolha ética quanto à natureza de intervenção do seu trabalho: ajudar na produção de eficientes paisagens operacionais para a acumulação de capital, ou, em troca, explorar novas formas de apropriação e reorganização das geografias de urbanização das não cidades para usos coletivos e/ou de bem comum.

A perspectiva apresentada aqui neste artigo é orientada por um projeto contraideológico, no qual os urbanistas dedicados ao estudo desses espaços não urbanos têm importância elemental de contribuição. Neste sentido, como nós poderíamos visualizar, e, portanto politizar, essas “teias” abrangentes, mas

¹³ Brenner e Schmid, “Towards a new epistemology of the urban.”

geralmente invisíveis, que enredam o estilo de vida urbano com a silenciosa e violenta acumulação por espoliação e a destruição ambiental que ocorrem nas nossas hinterlândias e paisagens operacionais do mundo? Ainda que os urbanistas levantem formas distintas de inteligência e de capacidades de visualização espacial para esses locais, paralelamente, eles têm um papel inestimável em construir novos mapas cognitivos do tecido urbano constituído desigualmente a nível planetário. Em troca, esses mapas propiciariam as tão necessárias diretrizes de orientação a todos aqueles que aspiram a redesenhar em formas mais socialmente progressistas, politicamente inclusivas e igualitariamente ecológicas o nosso tecido urbano. Tendo em vista que esses argumentos desafiam o dogma da cidade hipertrófica – isto é, a suposição predominante de que as cidades cada vez maiores representam o inevitável futuro da humanidade –, eles também ampliam o horizonte para que imaginemos uma alternativa de urbanização. Muitas urbanizações são, de fato, possíveis. Em vez de serem

predeterminados por questões tecnológicas ou pela necessidade econômica, os projetos de urbanização são um meio e produto da energia, imaginação, luta e experimento das políticas coletivas. Seria possível imaginar, por exemplo, uma forma de urbanização em que vários padrões de assentamento e de arranjos estruturais diferenciados fossem cultivados dentro de um enquadramento holístico de desenvolvimento territorial baseado na prevalência ecológica e na gestão equilibrada dos recursos? Poderíamos imaginar também uma forma de urbanização em que as famílias e as comunidades que optassem por permanecer em zonas menos densamente povoadas ou remotas conseguissem desfrutar, mesmo assim, do acesso às infraestruturas públicas viáveis, aos meios de subsistência sustentáveis e a alguma medida de controle político sobre as condições básicas que permeiam suas vidas cotidianas? Talvez o papel dos urbanistas dedicados a desenhar os espaços não urbanos do mundo seja este, o de facilitar a imaginação e a produção destas alternativas de urbanizações. ■